



APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ POLÍTICAS AMBIENTAIS

Antonio Teixeira de Barros¹

Eloisa Beling Loose²

Maurício Schneider³

Noêmia Félix da Silva⁴

Esta edição da revista E-Legis apresenta o dossiê Políticas Ambientais, em um momento em que o debate sobre estratégias e políticas voltadas para o setor ambiental adquirem cada vez centralidade, tanto no Brasil quanto no cenário global.

Além dos cinco artigos do referido dossiê, a edição atual apresenta ainda cinco artigos de tema livre. O primeiro *The Professional Training Policy in the Brazilian Federal Legislative Body: the path of corporate education in the modernization narrative of the Parliament*, de William Maximiliano Carvalho de Melo e Fernando de Souza Coelho, investiga a emergência das escolas do legislativo no âmbito federal, após a redemocratização. O texto sintetiza ainda alguns elementos históricos da política de formação profissional na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O segundo, de autoria de Lívia de Souza Viana, Rose Mirian Hofmann, Fausto Barros de Sá Teles, Fabiano Peruzzo Schwartz, Avaliação da efetividade da política de bandeiras tarifárias na região Sudeste do Brasil (2015-2018), estuda as medidas adotadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para conter o consumo de energia elétrica. A avaliação utiliza-se de duas abordagens estatísticas: a comparação

¹ Doutor em Sociologia pela UnB. Pós-doutorado em Comunicação em Meio Ambiente pela Universidade Fernando Pessoa (Portugal). Docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOR). Editor da revista E-Legis. E-mail: antonibarros@gmail.com

² Pesquisadora na área de comunicação e meio ambiente. Pós-doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2018). Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná UFPR (2016). É vice-líder do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS) e membro da International Environmental Communication Association (IECA) e da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). E-mail: eloisa.beling@gmail.com

³ Doutor em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos, Brasil (2001). Pós-doutorado em Ciências Ambientais pela University of East Anglia, Reino Unido (2013). Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados. Docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOR). E-mail: mauricio.schneider@camara.leg.br

⁴ Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília (2017). Professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Comunicação e Meio Ambiente, Análise de Discurso, e a relação da Comunicação com a Política, Ciência e espaço público e cidadania. E-mail: noemiefelix@gmail.com

entre médias de variação de consumo e a regressão linear múltipla a partir de variáveis com potencial explicativo sobre o perfil de consumo de energia elétrica. As duas abordagens foram desenvolvidas a partir de dados de consumidores residenciais da Região Sudeste do Brasil, e convergiram para um resultado comum: a aplicação da Política de Bandeiras Tarifárias não alterou de forma significativa o consumo de energia elétrica, o que sugere possível falha na efetividade dessa política.

Em seguida temos Embriaguez ao volante, homicídio e lesão corporal no código de trânsito brasileiro: considerações críticas sobre a lei nº 13.546/2017, de Glaison Lima Rodrigues. A referida lei trata da punição aos crimes de homicídio e lesão corporal previstos no Código de Trânsito Brasileiro e sua relação com a embriaguez ao volante.

A organização institucional da Câmara dos Deputados do Brasil e do Uruguai e seus reflexos na composição das discussões em plenário sobre o aborto (1985-2016) é o tema do estudo assinado por Luis Gustavo Teixeira da Silva. O propósito é discutir o modo como a organização institucional das sessões plenárias das duas instituições, definidas por seus respectivos regimentos internos, estruturou a composição das intervenções discursivas sobre a interrupção voluntária da gravidez entre os anos de 1985 e 2016.

O último texto, Policiais militares nos legislativos estaduais: produção legislativa, temas e interesses corporativos, de Elias Ariel de Souza, avalia como os interesses corporativos impactam a atuação desses parlamentares. A principal conclusão mostra grande relevância das homenagens a integrantes das forças policiais como estratégia de conexão eleitoral.